

BEMISA MINERAÇÃO E LOGÍSTICA S.A

CNPJ: 15.643.555/0001-29

BALANÇO PATRIMONIAL*(em milhares de Reais)*

ATIVO	Nota	2023	2022	PASSIVO	Nota	2023	2022
CIRCULANTE		8.624	9.316	CIRCULANTE		7.968	2.770
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.473	7.436	Fornecedores	8	3.537	2.071
Contas a receber	5	2.609	1.152	Salários e encargos		121	92
Impostos a recuperar		41	204	Impostos a recolher	9	948	606
Despesas Antecipadas	6	500	524	Dividendos a pagar	11	223	0
Adiantamentos		1	0	Arrendamento	10	3.138	0
NÃO CIRCULANTE		17.432	3.992	NÃO CIRCULANTE		6.012	0
Despesa Antecipada	6	817	1.295	Arrendamento	10	6.012	0
Imobilizado	7	6.713	2.697				
Direito de uso	10	9.902	0	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		12.076	10.539
				Capital social	11	11.359	11.359
				Reserva de lucros		717	0
				Prejuízo Acumulado		0	(820)
TOTAL DO ATIVO		26.057	13.308	TOTAL DO PASSIVO		26.057	13.308

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras


Janaina Mendonça G. Pais
CPF: 099.189.527-41
CRC/RJ: 103190/O-1

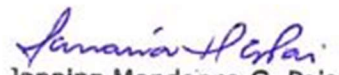
BEMISA MINERAÇÃO E LOGÍSTICA S.A

CNPJ: 15.643.555/0001-29

Demonstrações de Resultados*(Em milhares de Reais)*

	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita Líquida	12	24.635	11.633
(-) Custo	13	(18.715)	(9.704)
Lucro Bruto		5.920	1.929
Despesas/Receitas Operacionais			
Gerais e Administrativas	14	(1.431)	(845)
Outras Receitas/Despesas Operacionais		(161)	204
Resultado Operacional		4.327	1.288
Resultado financeiro	15		
Receitas financeiras		600	409
Despesas financeiras		(52)	(1)
Resultado antes do IRPJ e CSLL		4.875	1.696
IR e CSLL	16	(3.115)	(1.500)
Resultado Líquido		1.761	195

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

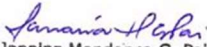

Janaina Mendonça G. Pais
CPF: 099.189.527-41
CRC/RJ: 103190/O-1

BEMISA MINERAÇÃO E LOGÍSTICA S.A
CNPJ: 15.643.555/0001-29

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
(Em milhares de Reais)

	Capital social		Reserva de lucros		Lucros/(Prejuízos)	Total
	Subscrito	A integralizar	Reserva legal	Reserva de lucros	Acumulados	
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	6.859	(2.000)	-	-	(1.016)	3.843
Aumento de capital	4.500	(4.500)				-
Integralização de capital		6.500				6.500
Resultado do período					195	195
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	11.359	-	-	-	(820)	10.539
Resultado do período					1.761	1.761
Constituição reserva legal			47		(47)	-
Dividendos mínimos obrigatórios					(223)	(223)
Destinação reserva de lucros				670	(670)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	11.359	-	47	670	-	12.076

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

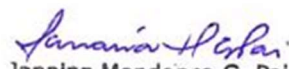

Janaina Mendonça G. Pais
CPF: 099.189.527-41
CRC/RJ: 103190/O-1

BEMISA MINERAÇÃO E LOGISTICA S.A
CNPJ: 15.643.555/0001-29

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
(Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2023	2022
Resultado do exercício	1.761	195
Ajustes ao prejuízo do exercício:		
Depreciação	290	81
Amortização de direito de uso	300	
Resultado do exercício ajustado	2.350	276
Aumento/redução de ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	(1.457)	(1.152)
Impostos a recuperar	163	(203)
Despesas antecipadas	501	428
Adiantamentos	(1)	
Fornecedores	1.466	73
Salários e encargos	29	92
Impostos a recolher	342	594
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	3.393	108
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição/baixa de ativo imobilizado	(4.305)	(1.992)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(4.305)	(1.992)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	-	6.500
Passivo de arrendamento	(1.052)	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(1.052)	6.500
Aumento / (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(1.963)	4.616
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	7.436	2.820
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	5.473	7.436
Aumento / (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(1.963)	4.616

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras


Janaina Mendonça G. Pais
CPF: 099.189.527-41
CRC/RJ: 103190/O-1

BEMISA MINERAÇÃO E LOGISTICA S.A

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Bemisa Mineração e Logística S.A (“Bemisa Logística” ou “Companhia”) foi constituída em junho de 2012, e tem sede na Avenida Rio Branco, nº 108, Sala 2501 (parte) - Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a pesquisa mineral com prospecção, exploração, desenvolvimento de lavra, industrialização, comercialização e exportação de bens minerais, o armazenamento de minérios, a carga e descarga de minérios em vagões de trem, o transporte rodoviário de cargas em geral, dentro e fora do território brasileiro, a elaboração e execução de projetos logísticos de transportes, atividades do Operador de Transporte Multimodal - OTM, envolvendo a organização do transporte de carga nacional e internacional por mais de uma modalidade, além da participação em outras sociedades, na condição de acionista ou sócio quotista.

O controle da Companhia é exercido pela Bemisa Holding S.A que detém 100% das ações.

Em 2022, a Companhia iniciou a operação de logística através da prestação de serviços de carregamento ferroviário de minério de ferro para a controladora Bemisa Holding S.A e para terceiros no Terminal de Cargas localizado na cidade de Timoteo no estado de Minas Gerais.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, complementadas pelos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Em 22 de março de 2024, a Administração da Companhia autorizou a conclusão e divulgação das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.2. Declaração de relevância

Todas as informações relevantes às demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis.

A Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais.

3. Resumo das políticas contábeis materiais

a. Instrumentos financeiros

(i)Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado, custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia possui classificado em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e de aplicação financeira com liquidez imediata, conforme Nota Explicativa nº 4.

(ii)Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem o seguinte passivo financeiro não derivativo: fornecedores.

b. Contas a receber

São apresentadas pelo valor nominal dos títulos, os quais estão sujeitos ao Ajuste a Valor Presente (AVP), quando relevante. É constituída provisão para perda esperada com créditos, cujo cálculo é baseado em estimativas suficientes para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber, considerando o histórico de recebimento a situação de cada cliente.

c. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

d. Imposto de renda e contribuição social

c.1.) Impostos sobre lucro

No exercício de 2023 e 2022, a Companhia adotou o regime de apuração pelo lucro presumido, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder a R\$ 60 no trimestre, e são aplicadas sobre o percentual de presunção de 8% sobre a receita bruta de vendas. Para a apuração da contribuição social, a alíquota de 9% é aplicada sobre o percentual de presunção de 12% sobre a receita bruta de vendas.

c.2) Incertezas sobre tratamento de impostos

A interpretação ICPC 22 trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação do CPC 32.

A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; e
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

Na avaliação da Companhia, não foram identificados impactos nas demonstrações contábeis em decorrência da adoção desta interpretação.

e. Arrendamento - CPC 06 (R2)

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia reconhece ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados pela taxa de juros incremental, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao financiar, por prazo semelhante e com garantia semelhante, para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso no mesmo ambiente econômico.

A Companhia não reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para arrendamentos de baixo valor, bem como os curto prazo conforme permitido na norma.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

g. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023.

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback

O IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). E não terão impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8 As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro)

Esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2

Fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicarem julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecerem divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. Os pronunciamentos não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12 As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro)

Estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Bancos conta movimento	2	2
Aplicações financeiras	5.471	7.434
Total	5.473	7.436

O saldo de aplicações financeiras é representado por valores investidos em fundos de investimento de renda fixa, mantidos em instituições financeiras de primeira linha, com liquidez imediata. Em 2023, a remuneração média foi de 99,43% do CDI (equivalente a 99,93% em 2022).

5. Contas a receber

As contas a receber são provenientes da prestação de serviços de carregamento ferroviário de minério de ferro iniciada em 2023 conforme informado na nota explicativa nº 01.

	2023	2022
Contas a receber		
Cientes	2.609	1.152
	2.609	1.152

A análise de vencimentos dessas contas a receber consolidado está apresentada abaixo:

	2023	2022
A vencer	2.609	1.152
Vencida em		
Até 30 dias	-	-
	2.609	1.152

6. Despesa antecipada

	2023	2022
Arrendamento	1.295	1.771
Licenças	10	35
Benefícios	12	-
Seguros	-	13
Total	1.317	1.819
Circulante	500	524
Não circulante	817	1.295

7. Imobilizado

	Instalações	Equipamentos	Moveis e Utensílios	Benfeitorias	Computadores e Periféricos	Imobilização em andamento	Total
Custo							
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	796	6	-	26	1.957	2.785
Adições	-	12	-	-	18	4.275	4.305
Transferências	3.480	7	13	2.528	-	(6.028)	-
Baixa	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.480	815		2.528	44	204	7.090
Depreciação							
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(86)	(1)	-	(1)	-	(88)
Depreciação no exercício	(116)	(81)	0	(84)	(8)	-	(289)
Baixa	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(116)	(167)	(1)	(84)	(9)	-	(377)
Valor contábil							
Em 31 de dezembro de 2022	-	710	5	-	25	1.957	2.697
Em 31 de dezembro de 2023	3.364	648	18	2.444	35	204	6.713

	Equipamentos	Moveis e Utensílios	Computadores e Periféricos	Imobilização em andamento	Total
Custo					
Saldo em 31 de dezembro de 2021	793	-	-	-	793
Adições	3	6	26	1.957	1.992
Baixa	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	796	6	26	1.957	2.785
Depreciação					
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(7)	-	-	-	(7)
Depreciação no exercício	(79)	(1)	(1)	-	(81)
Baixa	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(86)	(1)	(1)	-	(88)
Valor contábil					
Em 31 de dezembro de 2021	786	-	-	-	786
Em 31 de dezembro de 2022	710	5	25	1.957	2.697

8. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de fornecedores é de R\$ 3.537 (R\$ 2.071 em 31 de dezembro de 2022), e é composto, principalmente, por compromissos de curto prazo assumidos com fornecedores de serviços contratados em decorrência da prestação de serviços de carregamento ferroviário de minério de ferro iniciada em 2022 conforme informado na nota explicativa nº 1.

9. Impostos a recolher

	2023	2022
PIS e COFINS	100	48
IRPJ e CSLL	830	520
Impostos retidos	18	35
Outros	-	3
	948	606

10. Arrendamento

a) Direito de uso – arrendamento

Ativo	Imóveis (i)
Saldo em 31/12/2022	-
Adições	10.202
(-) Depreciações	(300)
Total	9.902

- (i) Refere-se ao contrato de arrendamento de um terminal de cargas, pelo prazo de 59 meses, onde há o direito de controlar o uso de ativos identificados pelo período de vigência do contrato.

b) Passivo de arrendamento

Passivo

Saldo em 31/12/2022	-
Adições (i)	9.403
Juros	51
(-) Pagamentos	(304)
Saldo em 31/12/2023	9.150
Circulante	3.138
Não circulante	6.012

- (i) Refere-se ao contrato de arrendamento de um terminal de cargas, pelo prazo de 59 meses que foi aplicada a taxa de desconto de 6,77% para reconhecimento do passivo de arrendamento.

11. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social da Companhia é de R\$ 11.359, dividido em 16.812.415 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b. Dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos não inferiores a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustados nos termos da Lei nº 6.404/79 e deduzido das destinações determinadas em Assembleia.

Em 31 de dezembro de 2023, os dividendos foram calculados da seguinte forma:

Lucro líquido do exercício	1.761
(-) Prejuízo acumulado	(820)
Lucro ajustado	941
(-) Reserva legal (5% limitado a 20% do capital social)	(47)
Base de cálculo dos dividendos	894
Dividendos mínimo obrigatório (25%)	223

c. Reserva de lucros

Tendo em vista o previsto na Lei 11.638/07, em 31 de dezembro de 2023, a Administração destinou integralmente a essa reserva o saldo remanescente na rubrica lucros acumulados, no valor de R\$ 670, totalizando R\$ 717.

12. Receita líquida

	2023	2022
Receitas bruta	26.968	12.735
(-) COFINS	(809)	(382)
(-) PIS	(175)	(83)
(-) ISS	(1.349)	(637)
Receitas líquida de venda	24.635	11.633

13. Custo do serviço prestado

Refere-se aos custos oriundos da prestação de serviços de carregamento ferroviário de minério de ferro iniciada em 2022 conforme informado na nota explicativa nº 01.

14. Despesas gerais e administrativas

	2023	2022
Salários e encargos	(212)	(255)
Serviços contratados	(772)	(506)
Depreciação	(210)	(2)
Ocupação	-	(2)
Despesas com veículos	(151)	(28)
Outras	(86)	(52)
	(1.431)	(845)

15. Resultado financeiro

Receitas financeiras

Rendimento com aplicações financeiras

Despesas financeiras

Juros e multas

Juros s/ passivo de arrendamento

Resultado financeiro líquido

	2023	2022
	600	409
	600	409
	(1)	(1)
	(51)	-
	(52)	(1)
	548	408

16. IRPJ e CSLL

	2023	2022
Total Receita Bruta de Serviços	26.968	12.735
(+) Receitas Financeiras	600	409
(=) Base de Cálculo Presumido IR	9.231	4.484
(=) Base de Cálculo Presumido CS	9.231	4.484
Imposto de renda - 15%	1.385	673
Imposto de renda - Adicional 10%	899	424
Contribuição social - 9%	831	404
	3.115	1.500

17. Partes relacionadas

a. Remuneração dos administradores

O montante referente à remuneração da Administração foi aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 28 de abril de 2023 em R\$ 34 para o exercício de 2022 (R\$ 34 em 2022).

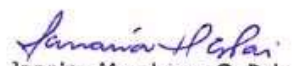
A Companhia não concede benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração.

18. Contingências

A Companhia não é parte de ações judiciais cíveis, trabalhistas e tributárias avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco provável de perda, e consequentemente não constituíram provisão para contingências.

19. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.


Janaina Mendonça G. Pais
CPF: 099.189.527-41
CRC/RJ: 103190/O-1

* * * * *